



26 de Agosto de 2016

• **ASSEMBLEIA GERAL DO FUNCIONALISMO!**

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)  
e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org)

**NESTA EDIÇÃO:**

- Derrotar a política de Alckmin com a luta direta!
- Rejeitar o Plano Estadual de Educação privatista.

## **Responder unitariamente os ataques de Temer/Alckmin**

### **Rechaçar a política da conciliação de classes**

O governo golpista de Temer se apressa em aprovar as medidas contra os trabalhadores. Alckmin segue firme cortando recursos da saúde, educação e moradia. A maioria do funcionalismo vive na penúria. Os salários chegaram ao fundo do poço. Nas escolas, hospitais e postos de saúde, a precariedade é assustadora. Doentes jogados nos corredores, remédios em falta, filas para cirurgias e poucos médicos e enfermeiros. Crianças e adolescentes amontoados nas salas de aula superlotadas, merenda insuficiente e professores e funcionários fatigados. Cresce o número de favelados e moradores de rua. Esse é um pequeno retrato das consequências da aplicação do ajuste fiscal por parte de Alckmin. Mas a situação tende a piorar, porque a crise econômica não se estancou.

Temer espera o desfecho final do impeachment de Dilma para cortar na carne os explorados. Prepara um duro golpe às aposentadorias. O projeto de reforma da Previdência prevê idade mínima para a aposentadoria. Sugere duas etapas. Na primeira, 65 anos para os homens e um pouco menos para as mulheres. Na segunda, o trabalhador terá de ter completado 70 anos para ter o direito integral. Pretende reduzir o piso para as aposentadorias por invalidez, como também para os rurais. Prepara, também, um golpe aos direitos contidos na CLT. A reforma trabalhista visa a facilitar as demissões, rebaixar os salários, cortar benefícios e expandir a terceirização para todas atividades. Imporá o poder do "acordado sobre o legislado", acabando com o contrato coletivo do trabalho. Durante o trâmite dessas reformas, o golpista Temer fará aprovar os projetos de lei, como o 257

e o 241, que determinam que os estados congelem os salários e cancelem novas contratações entre outras medidas. Uma paulada sobre as costas da maioria do funcionalismo, que já vive na desgraça.

As razões, como se vê, para lutar estão aí. Não se trata de medidas contra um ou outro setor de trabalhadores. Trata-se de um ataque geral ao conjunto dos explorados. Não se trata da política deste ou daquele governo. Trata-se da política geral dos governantes. Trata-se de uma exigência do capital financeiro, o chamado "ajuste fiscal". Cortar na carne para manter o pagamento da gigantesca dívida pública.

A nossa resposta não pode ser de um ou outro setor de explorado. A luta para derrotar as medidas de Temer/Alckmin tem de ser unitária. A Corrente Proletária/POR fez o chamado aos sindicatos para constituir a frente única sindical para responder às medidas com os métodos da luta de classes. Mas, lamentavelmente, não é o que vem ocorrendo. Basta ver a conduta dos dirigentes do Sindicato Metalúrgico do ABC/PT. No discurso, falam contra as reformas e contra o golpe. Na prática, reúnem com o ministro do Trabalho para pedir socorro. Abrem as portas do sindicato para ministro golpista falar da necessidade da colaboração. É a mais deslavada conciliação de classes. É tudo o que Temer almeja.

*A assembleia deve rechaçar a conciliação de classes. Deve defender a independência política. Deve aprovar a luta unitária em defesa dos empregos, salários e direitos. Deve erguer a bandeira: "Que os capitalistas arquem com sua própria crise: lutemos em todo o País pelos empregos, salários e direitos".*

## Assembleia geral do funcionalismo

Como vimos, Alckmin descarrega a crise do estado sobre as costas da maioria do funcionalismo. As condições de trabalho se agravam a cada dia. Uma parcela de servidores se encontra doente. Outra, fadigada. Mas o governador não tem olhos para os serviços essenciais. Entregou-se de corpo e alma para eleger seu apadrinhado para a prefeitura de São Paulo. Também, como vimos, as respostas isoladas, as greves por setor e as manifestações fragmentadas não têm quebrado o autoritarismo de Alckmin. Ao contrário, como não tem olhos para os serviços essenciais, procura vencer pelo cansaço. Foi o que ocorreu com a greve de 92 dias dos professores.

É preciso que o funcionalismo dê um passo à frente. Que as direções sindicais abandonem o corporativismo e se coloquem em favor dos interesses gerais dessa camada explorada. Para isso, é necessário que haja assembleias e manifestações conjuntas, que sejam ponto de partida para a greve geral do funcionalismo.

*A Corrente Proletária defende que a assembleia aprove o chamado à unidade e à assembleia geral do funcionalismo, para o mês de setembro. Uma só resposta de luta contra o ajuste fiscal de Alckmin!*

## DERROTAR A POLÍTICA DE ALCKMIN COM A LUTA DIRETA

Sem unidade, sem luta e sem greve, vencerá o governo. A indignação e o descontentamento, presentes nas escolas, têm de ser transformados em luta. Nossa resposta tem de ser coletiva. A nossa vitória depende da nossa força e nossa capacidade de mobilização. As experiências com as chamadas “audiências públicas” na Assembleia Legislativa e com as medidas judiciais não trouxeram vitórias. Está aí por que temos de recorrer às assembleias, a luta nas ruas e nos preparar para a greve.

A Corrente Proletária defende nova assembleia em setembro, juntamente com o funcionalismo. Nada de fazer assembleias separadas e depois se juntar para o ato. As decisões devem ser coletivas. *Aprovemos as seguintes reivindicações:*

1. Reposição das perdas salariais. Reajuste imediato aos professores. Pela efetivação de todos os

trabalhadores terceirizados. Pela estabilidade aos professores da categoria O. Fim da “reorganização das escolas”. Por 25 alunos por sala de aula. Abertura de todas as salas e turnos fechados;

2. Rechaço à reforma da previdência. Defesa de um único sistema de previdência estatal, inteiramente sob o controle da classe operária. Expropriação e estatização da rede privada de previdência. Direito à aposentadoria a todo trabalhador que atingir 25 anos de serviço. Que nenhum aposentado ganhe menos que o salário mínimo vital (R\$4.600,00). Fim das aposentadorias precoces e milionárias de juizes, da cúpula militar, parlamentares e governantes;
3. Fim das medidas punitivas de Alckmin aos professores e à Apeoesp. Fim dos processos judiciais em curso contra professores grevistas.

## Rejeitar o Plano Estadual de Educação privatista

O Plano Estadual de Educação mantém a coexistência entre o ensino público e privado, em detrimento do público. Não há qualquer sinal de defesa da estatização do sistema escolar. Não há menção contra as parcerias público-privadas e contra as terceirizações. Não se coloca pelo acesso da juventude a todos os níveis educacionais. Manteve a “formação continuada”, que favorece as instituições de ensino superior privadas, através do ensino a distância. Reforça a

política “meritocrática”, por meio do Plano de Carreira. Ilude a classe com a falácia de que em 6 anos os salários serão equiparados aos demais profissionais com ensino superior, sendo que há mais de dois anos não há reajuste salarial. O que valerá do PEE é o que está em curso: precarização, fechamento de salas, cursos e escolas, terceirização, expansão das parcerias público-privadas e pauperização das condições de existência dos trabalhadores da educação.

Portanto, a tarefa dos trabalhadores da educação e dos estudantes é rejeitar o PEE integralmente por manter a educação pública submetida aos interesses capitalistas. É combater a política de conciliação de classes das entidades sindicais e estudantis, que favoreceram a aprovação do PEE de Alckmin. E preparar a luta em defesa de um único sistema de ensino, gratuito, estatal, laico e vinculado à produção social.